

**DESIIS no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.565 - PB
(2019/0267417-4)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
REQUERENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : DAVIALLYSON DE BRITO CAPISTRANO - PB012833
REQUERIDO : MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE
**PROCURADOR : GEORGE SUETONIO RAMALHO JÚNIOR E OUTRO(S) -
PB011576**

DECISÃO

Por meio de petição eletrônica, Banco do Brasil requer a desistência do recurso interposto, aduzindo (fl. 306, e-STJ):

A homologação de acordo judicial.

(...)

Ante o exposto, pelas razões acima aduzidas requer-se que seja recebida a presente notificação com o condão de informar a **DESISTÊNCIA DO ORA EMBARGANTE EM PROCEDER COM O PRESENTE RECURSO**, em virtude da autocomposição devidamente homologada em sentença judicial, a fim de que seja procedido o retorno dos autos ao juízo de piso para que sejam tomadas as devidas providências.

Conforme o art. 998 do CPC/2015, o ato de desistência do recurso pode se dar a qualquer tempo e sem a anuência da parte recorrida.

Esclareço que, de acordo com o disposto no § 11 do art. 85 do CPC/2015 e em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não há que se falar em arbitramento de honorários advocatícios recursais na hipótese de homologação de pedido de desistência do recurso, porquanto inexistente, na hipótese, julgamento propriamente dito.

Ante o exposto, **homologo o pedido de desistência do Recurso Especial formulado à fl. 306, e-STJ, nos termos dos arts. 34, IX, do RISTJ e 998 do CPC/2015.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator